



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número \_\_\_\_\_ / XI ( 1ª )  
 PERGUNTA Número 2491 / XI ( 1ª )

Expeça-se
Publique-se
<u>23 / 04 / 2010</u>
QSecretária da Mesa <u>R. Correia</u>

Assunto: **insolvência da Alicoop, Alisuper, Macral e Geneco (II)**

Destinatário: **Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social**

*Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República*

O GP do PCP fez as Perguntas 1335/XI e 1336/XI aos ministérios da Economia e do Trabalho a 5 de Fevereiro passado sobre o assunto em epígrafe (depois de ter questionado em Plenário e na CAEIE o Ministro da Economia) sem qualquer resposta ou esclarecimento, passados que são mais de 2 meses.

A possível viabilização e consequente reabertura da cadeia comercial, ou é realizada proximamente (inícios de Maio) ou já não acontecerá.

Sabemos que a CGD frustrou várias propostas de viabilização, insistindo na sua liquidação, através de venda a grupo de distribuição.

Por outro lado, o IAPMEI, apareceu a credibilizar um outro projecto apresentado pela cadeia GTC, com o apoio do BES Investimento, que foi recusado pela Comissão de Credores.

Surge agora um novo projecto, avançado pelos principais credores, que tem o apoio dos cooperantes e trabalhadores.

Insistimos em sublinhar a importância do Grupo de empresas em causa, não só pelas centenas de postos de trabalho em causa, mas também pela sua inserção no tecido produtivo regional.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicitamos ao Governo que, por intermédio do **Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social** nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Porque não responde a ministra do Trabalho às Perguntas feitas pelo GP do PCP?



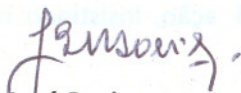


ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

2. Que avaliação faz o Governo da situação existente e do novo projecto avançado para a sua viabilização? Que medidas estão tomadas para concretizar essa viabilização?
3. Que explicação pode dar a Ministra do Trabalho relativamente à intervenção do IAPMEI, aparentemente à margem de qualquer articulação com a CGD e organismos regionais do Estado localizados no Algarve?
4. Que medidas vai o Governo tomar para o rápido desbloqueamento das contas bancárias dos trabalhadores, que por motivo de terem avalizado empréstimos bancários para assegurar o funcionamento da empresa, viram as suas contas bloqueadas, encontrando-se em situações pessoais aflitivas?
5. Que pode o Governo dizer sobre o bloqueamento de todas as contas da empresa, à margem das leis, pelos bancos, deixando-a incapaz de liquidar rendas (instalações alugadas) e assegurar o seu funcionamento mínimo, inviabilizando o uso de energia eléctrica, telecomunicações ou pequenas obras de manutenção (utilizando a liquidez obtida com as vendas realizadas antes do fecho), contribuindo para a degradação do valor patrimonial do Grupo? É legal tal comportamento das entidades bancárias?
6. Porque razão a Ministra do Trabalho ainda não encontrou disponibilidade para um encontro com a estrutura sindical (CESP), para análise da situação?

Palácio de S. Bento, 22 de Abril de 2010

Os Deputados:

  
José Soeiro

  
Agostinho Lopes